

35º Encontro Anual da Anpocs

GT31 – Saúde, Emoção e Moral.

Medo, sofrimento e doença: análise da trajetória de policiais militares em situação institucional de atendimento clínico no Ceará.

Autora: Larissa Jucá de Moraes Sales

Co-autor: Leonardo Damasceno de Sá

Introdução

Este estudo parte da perspectiva das representações sociais dos Policiais Militares do Ceará. Pretende-se investigar como é constituída a trajetória desses atores sociais, classificados pela instituição Policial Militar como portadores de “problemas psicológicos” e, portanto, inseridos como pacientes do Centro Biopsicossocial da Corporação. Como fonte de pesquisa, analisamos as narrativas desses atores sociais sobre conjunto de práticas e percepções construídas sobre o medo, o sofrimento social e a doença e de que forma estes aspectos são representados em um contexto social específico. Nesta investigação, consideram-se as representações sociais como noções e conceitos que os indivíduos constroem a partir de suas relações sociais e suas vivências numa situação de interação, portanto, enquanto processos de categorização simbólica.

Desta forma, o uso das representações sociais como objeto de análise está fundamentado no universo cotidiano dos policiais militares, baseadas pelo modo em que são constituídas através das categorias espaço e tempo em que são produzidas, ou seja, tais representações podem indicar uma realidade social e histórica construída e enraizada nos processos de idealização do contexto de trabalho desses indivíduos. Entendemos que refletir sobre a atividade policial é entender o alicerce da Segurança Pública, tendo em vista que o trabalho policial é a manifestação prática desta política.

Do ponto de vista do policial militar em atendimento, uma série de eventos promovidos pela instituição (como palestras, discussões em grupo e atendimentos individualizados) provoca mudanças em suas rotinas profissionais e, principalmente, na base intersubjetiva de sua experiência, nesse sentido, nos interessa saber como esses policiais produzem narrativas sobre si mesmos e sobre sua vida social no contexto dessa interação, envolvendo a rotulação de sua condição policial sob a etiqueta do problema de saúde (BECKER, 2008). Como vivenciam, do ponto de vista de suas relações sociais, os diversos processos de “crise” de sua auto-imagem nesse processo? (SÁ, 2002).

Sabe-se que ao longo das últimas décadas, a atividade policial vem se constituindo como um tema de pesquisa fecundo para distintos campos das

ciências humanas. Coube à psicologia, por exemplo, estudar as psicopatias adquiridas no cotidiano destes sujeitos, abrangendo aspectos relativos à qualidade de vida, grau de 'stress' e depressão, dentre muitas outras doenças. Todavia, de um ponto de vista sociológico o foco é a relação social construída no contexto de interação dos indivíduos, sejam em associações, instituições e de forma intersubjetiva. Nesse universo, interessa-nos saber de que forma é dada à trajetória de policiais em fase de tratamento psicossocial.

De fato, a problemática policial é um assunto delicado, pois devemos considerar as condições insalubres do próprio trabalho, tal qual expressas por seus discursos de denúncia nos quais eles aparecem como submetidos a escalas exaustivas associadas ao desgaste físico, 'stress', e ao sofrimento psíquico, além do próprio risco de morte da profissão. Essas condições provocam danos psicológicos, às vezes de caráter permanente, que em alguns casos mais graves leva ao suicídio. Outros elementos também podem ser propiciadores de sofrimento: o medo de obter alguma lesão ou o próprio risco de vida; incerteza de julgamentos morais dos outros; tédio das atividades repetitivas; confusão entre os interesses pessoais e os da corporação e a má remuneração (FERREIRA; MENDES, 2001).

Outro ponto importante e que se apresenta unânime nos estudos sobre polícia é o paradoxo da profissão, no qual ora os policiais devem ser enérgicos, com abordagens agressivas e truculentas com os criminosos, ora devem agir comunitariamente sem violência tomando como base os discursos sobre respeito aos direitos humanos e do cidadão. Essas pressões sobre a corporalidade e a construção de um self sob pressão desse contexto de exercício ocupacional podem desencadear a elaboração de uma sintomatologia, com sérios problemas de saúde, sobretudo de caráter psicológico como a depressão. Minayo e Souza (2003) revelam que o estresse é um fator preponderante para o comprometimento da saúde mental; seus sintomas podem incluir a irritabilidade, instabilidade emocional, alcoolismo e excitação. Tais fatores talvez possam explicar em parte, a agressividade dos policiais expressa em suas relações? O que eles têm a dizer sobre essa justificação?

Já o medo, enquanto categoria social está inscrito nos corpos dos indivíduos, de modo que "rouba-nos o desejo de estar em novos espaços e a

vontade de fazermos incursões no ambiente desconhecido, como se a nossa concha habitual nos protegesse de todas as inseguranças que nos ameaçam” (DIAS, 2007, p.3). Nesse sentido, o medo pode até revelar preconceitos, fazendo-nos enxergar em desconhecidos potenciais inimigos a “evitar ou abater”, além disso, pode ser expresso nas relações desequilibradas de poder, no qual dominantes se apropriam de estratégias de manipulação e coerção para manter a estruturação cotidiana das relações sociais (DIAS, 2007). O que para a atividade policial revela riscos e implicações para sua própria condição.

Neste sentido, este paper busca entender como os Policiais Militares do Ceará constroem suas representações sociais sobre o seu trabalho, tomando como norte a questão do medo, do sofrimento e da doença. Sabendo que tais questões estão fundamentalmente em oposição às representações de coragem e valentia que o imaginário popular atribui aos defensores da lei e estes a si mesmos. Pretende-se investigar como tais trabalhadores condicionam e regulam suas relações através dessa perspectiva onde o artefato das emoções passa a ser a principal fonte de agência e subjetivação.

Como base empírica para a formulação deste paper, realizamos entrevistas com policiais militares em situação de atendimento clínico, estes por sua vez, deram entrada voluntariamente ou foram encaminhados por seus superiores ao Centro Biopsicossocial (CBPS) da Polícia Militar do Ceará. Para tanto, entendemos que a entrevista é um recurso, como sugere Pierre Bourdieu, “fundado na própria realidade do mundo social e contribui para explicar grande parte do que acontece neste mundo, e, em particular inumeráveis sofrimentos oriundos do choque de interesses” (1997, p.12), além disso, não busca a verdade consistente sobre o que é dito, pretende-se neste estudo, compreender em que contexto os atores sociais significam situações de crise.

Relendo os estudos sobre polícia

A polícia está vivendo um novo momento enquanto objeto das ciências sociais. Inúmeros estudos vêm se consolidando dentro dos campos institucionais e acadêmicos. “Até a década de 60, praticamente nada sabíamos sobre o trabalho desenvolvido pela polícia especialmente nos interregnos entre

as greves” observa Bretas (1997, p. 11). Contudo, já podemos destacar uma série de produções que avançam em esclarecer este tema. Segundo David Bayley (2002) existem quatro fatores que contribuem para que a polícia não tenha o devido reconhecimento como objeto de estudo: em primeiro lugar, destaca que o trabalho policial não revela prestígio social; no segundo, diz que estes sujeitos estão envolvidos em atividades geralmente rotineiras e raramente atuam como protagonistas nos acontecimentos históricos. Um terceiro fator que explica a negligência acadêmica em estudar o trabalho policial é o preconceito, pois este é considerado repulsivo, por conta do controle e da repressão que exerce. Por último, aponta a pouca disponibilidade de referências bibliográficas.

Bretas (1997) considera que estudar as instituições policiais é ter como referência a cultura e a mentalidade policial, preocupando-se como esta atividade é desenvolvida no cotidiano dos sujeitos que a compõem. Nesse sentido, partimos para o estudo da representação policial, pois é onde estão estruturados os significados que modelam as ações desses sujeitos. Muniz (1999), por exemplo, focaliza o seu trabalho sobre o universo cultural que permeia a Polícia Militar do Rio de Janeiro, aborda questões práticas sobre o trabalho ostensivo da polícia e o espaço existente entre o poder legítimo e ilegítimo nas diversas situações em que atua. Trata, dentro da lei, do recurso discricionário do poder de polícia que consiste em dar liberdade e autonomia, para o policial discernir e aplicar sanções a infratores como for conveniente.

Tanto Bretas (1997) como Muniz (1999), fazem um retrospecto histórico da formação da Corporação Militar. Através do recurso etnográfico, a pesquisadora ocupa-se em relatar casos através das representações dos atores do mundo da caserna. Minayo e Souza (2003), ao estudarem aspectos do trabalho de policiais civis, reportam também demandas da polícia militar, pois os seus discursos fazem parte da realidade do policiamento ostensivo geral, tanto dos civis como militares. Nessa pesquisa, as autoras descrevem as situações precárias de trabalho, com equipamentos sucateados, muitas vezes sem equipamentos para realizar determinadas funções e o déficit de funcionários nas corporações. Problemas ligados aos desvios de funções, jornadas de trabalho extenuantes, risco de acidentes, o medo de perder a vida em um confronto, má

remuneração, além da pressão social da instituição e da população sobre os policiais, são reclamações de ambas as corporações (civil e militar).

Para Muniz (1999), Souza e Minayo (2003) algumas profissões imprimem marcas no cotidiano de seus trabalhadores, de modo a produzirem um *ethos* próprio, expresso nas similitudes dos modos de agir, de vestir e de falar, ou seja, “na qualificação de pares como iguais e na definição de assuntos considerados ‘interditos’ aos pertencentes ao não grupo” (MINAYO; SOUZA, 2003, p.164). Nessa perspectiva, as autoras consideram que “Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”. O “ser policial” está construído sobre uma categoria profissional específica, diferenciada por suas peculiaridades, sendo capaz de configurar uma identidade reconhecida pelo trabalho.

No senso comum, tem-se a ideia de que a polícia está estritamente ligada à corrupção e a violência. Na concepção dos policiais, sua atividade é vista de forma negativa, com um tom preconceituoso:

A identificação negativa produzida pela sociedade não pode ser interpretada apenas como uma criação maldosa do imaginário: ela se alimenta também de fatos reais incorporados pela experiência, veiculados nas inter-relações e repercutidos pelos meios de comunicação, produzindo uma eficácia simbólica. O problema, na prática, é que a imagem preconceituosa é generalizante e, na multidão das razões, acaba por desconhecer as especificidades dos sujeitos e prejudicar o nível das relações mais próximas estabelecidas pelos policiais. (MINAYO; SOUZA, p.174, 2003)

A justificativa policial sobre a concepção negativa da população frente a sua profissão está relacionada à publicização da atitude infracional da corporação. Nos discursos dos nossos interlocutores, a mídia é sempre a vilã da rejeição social da profissão, pois seu discurso causa um significativo impacto sobre a opinião pública. Outro fator relevante e que está presente na corporação é o não reconhecimento do trabalho ostensivo geral por parte dos comandantes, a desvalorização institucional, fato que repercute na desmotivação quanto ao serviço, comprometendo sua qualidade.

Outros estudos trazem à tona o descompasso entre a imagem do policial enquanto servidor público e a imagem de um ser repressivo, a serviço do poder (BRETAS, 1997; MUNIZ; PROENÇA JUNIOR, 1997). Tais estudos nos mostram o “choque de realidade” que o policial sofre ao perceber que o trabalho

ostensivo diário ultrapassa as normas aprendidas nas academias de formação (MUNIZ, 1999), indicam, também, a carência de recursos materiais e humanos como problemas que permeiam as Polícias Militares do país. Frequentemente a polícia é alvo de críticas que trazem à tona acusações de sua inoperância¹.

De fato, a problemática da formação policial é um assunto delicado e merece ser revisitado, levando em consideração as tensões existentes sobre o que é aprendido e o que é exercido. Estas condições estão ligadas a repetição exaustiva dos serviços com tarefas padronizadas, impossibilitando criatividade; a própria hierarquização e doutrina militar - que molda o indivíduo, dando-lhe rigidez da corporação; e falta de reconhecimento e de perspectiva quanto ao crescimento profissional. Trata-se de reclamações pertinentes que provocam cicatrizes nesse tipo de profissional.

[Estudos] apontam algumas condições associadas às formas de organização do trabalho e propiciadoras de sofrimento: medo relacionado à fragilidade corporal quando exposto a determinada condição de trabalho; medo moral relacionado ao julgamento dos outros; tédio por realizar tarefas desvalorizadas; sobrecarga de trabalho; ininteligibilidade das decisões organizacionais; conflitos entre os valores pessoais e os da organização; dúvidas sobre utilidade social do trabalho realizado; sofrimento de injustiça; além do não reconhecimento expresso pela falta de retribuição financeira, moral ou por mérito. (MINAYO; SOUZA, 2003, p.194)

Atualmente, cobra-se insistentemente a habilidade de improvisação, a iniciativa, a criatividade e o bom discernimento dos policiais, estando em suas mãos e sob sua responsabilidade a capacidade de intervir em diferentes situações, muitas delas emergenciais, envolvendo risco de vida. O policial tem que aprender para lidar com os imponderáveis que compõem a realidade do seu ofício, pois ele é cobrado pelos diversos setores da sociedade a atuar prontamente em meio às precárias condições de trabalho.

¹ Jornal Diário do Nordeste 17/09/10 : Policiais Militares são flagrados pela câmeras instaladas nas viaturas, dormindo em horário de serviço e agora correm o risco de serem expulsos da Corporação nos próximos meses.

Jornal Diário do Nordeste e O Povo 26/07/10: Caso Bruce - Estudante de 14 anos é morto por engano por um Policial do Ronda do Quarteirão em uma abordagem desastrosa na Avenida Desembargador Moreira, Bairro Aldeota.

Medo e sofrimento

Por muito tempo a imagem do Policial Militar esteve relacionada ao medo, a opressão e o autoritarismo. O episódio da Ditadura Militar contribuiu para a consolidação dessa imagem negativa, carregada de uma simbologia em torno da truculência desses atores sociais. Para quem sofreu com a ação efetiva da polícia durante este período, o medo e a repugnância da Instituição Militar são extremamente comuns. Segundo Nancy Cardia, “esse medo fazia parte de nós que tínhamos algum nível de informação durante os anos sessenta e começo dos setenta e contaminava o nosso cotidiano” (CARDIA, 1997, p. 250).

A difusão do medo era em parte provocada pela arbitrariedade das ações policiais, além disso, podia ser utilizada como uma ferramenta de controle social, no qual a censura e a incerteza eram estratégias que suscitavam ainda mais medo. Mesmo com o fim da ditadura militar a Polícia continuou carregada com esse ranço de autoritarismo e violência. As pessoas passaram a viver entre o medo dos delinquentes e o medo da polícia (CARDIA, 1997) já que passou a representar um “agente de força” e não um servidor que garante a segurança dos cidadãos. Entre nossos interlocutores há polícias que afirma que a polícia em vez de se apoiar na “força do direito” para fundamentar suas práticas, firmou-se no “direito da força”, tornando assim agentes de defesa do Estado em detrimento da proteção devida à sociedade.

Contudo, podemos pensar a condição policial de forma ambivalente. O que acontece se observamos por outro prisma, aquele relacionado ao medo sentido pelo policial no exercício de suas atividades cotidianas de policiamento. O ocorre, então, quando o policial tem medo? Se tomarmos como referência as representações sociais de policiais militares sobre o seu trabalho, veremos que o medo está inscrito não só no imaginário coletivo sobre a profissão, mas na forma como experienciam a questão da violência e da criminalidade em sua atividade cotidiana, e também como analisam a forma interna das relações de poder na constituição de sua corporação, baseadas em práticas de autoritarismo e do modo de dominação que os policiais militares chamam de “militarismo”,

assim vejamos o depoimento de um de nossos interlocutores sobre esse universo que constrange e gera perda de auto-estima segundo eles:

Essa questão de subordinado e superior, ao meu ver, na Polícia Militar há um agravante pelo fato de nós estarmos inseridos no militarismo, coisa que é prejudicial na formação do policial, na questão de lidar com a sociedade e fazer segurança onde que o mais prejudicado torna-se a sociedade. Sendo que na Polícia militar, em algumas situações, no caso de oficiais e graduados (sargentos, sub-tenentes), eles confundem o termo autoridade com autoritarismo e se utilizam disso aí pra benefício próprio. É uma questão que eu acho muito prejudicial porque, como já foi dito aqui, no nosso jargão o “acocho” quando vai vindo do superior hierárquico e vai descendo as patentes, ele acaba lá em baixo no soldado e o soldado como fonte de escape vai descontar na sociedade, que é a principal prejudicada. Então como já foi dito aqui o militarismo não é.. bem-vindo na questão da segurança pública, já que se fala mais uma vez na questão da polícia comunitária. Já foi colocado em alguns países a transformação da polícia em polícia comunitária, mas que aqui no Brasil tá querendo se colocar isso dentro do militarismo com a questão do Ronda do Quarteirão. Foi formado um tipo de policiamento com outro estilo de policiamento, com uma visão diferente mas dentro do militarismo onde que o policial ele pensa que é um policial comunitário que faz assegurar o direito dos outros mas o direito dele não é assegurado e quando ele vai atrás e sofre retaliações por conta do militarismo. Então, eu quer dizer aqui que repudio totalmente o militarismo, acho que talvez seja aceito ou melhor, melhor... empregado nas Forças armadas, jamais na Polícia Militar. A questão do bombeiro, eu não sei. Quero entender que o bombeiro por ser uma instituição mais humana que talvez seja pelas pessoas que ingressam no Bombeiro já traz isso do berço, a personalidade já formada, não se deixam levar, no caso da Polícia Militar acontece isso aí. Você entra de uma forma você vai galgando é... condições melhores em termos de graduações essa...sua personalidade vai mudando, claro que não são todos há as exceções, vamos dizer que... mas na Polícia Militar chega a noventa por cento esse tipo de coisa. Então, eu acho que a... a problemática maior tá nisso aí, do militarismo que faz o superior pensar que ele pode tudo e o subordinado podem nada a não ser obedecer (Depoimento de policial militar).

Parte do que os policiais militares sofrem é reputado a essa questão do militarismo e da subordinação provocada pelo modelo repressivo das relações internas entre superiores e subordinados. Voltaremos mais adiante sobre esse ponto.

Mas ainda sobre a questão do medo, pode-se dizer que o medo enquanto categoria de análise pode ser usada por meio da maneira pela qual o indivíduo se porta no mundo, ou seja, pelo uso situacional de suas representações, no contexto de sua experiência vivida. Este sentimento está inscrito na

corporalidade dos atores sociais, de modo a influenciar modos de ser e estar no mundo, em especial, gerando um fechamento perante a interação com o mundo civil na vida cotidiana. Há relatos de nossos interlocutores que atestam sobre o medo de sentarem de costas para a entrada de um barzinho ou de um restaurante, num momento de lazer com a família, a namorada ou amigos, pois uma posição desprevenida como essa poderia deixá-los em uma posição desfavorável e indefesa diante de um ataque surpresa de um inimigo. Assim, nem mesmo em momentos de lazer, os policiais militares conseguem “relaxar” e aproveitar o momento de entretenimento sem estarem vigilantes e atentos às possibilidades de possíveis ataques. A lógica da guerra invade o mundo vivido desses atores sociais, o que pode gerar dificuldades com pessoas, amigos e familiares que não estejam inseridos ou minimamente informados sobre os funcionamentos das práticas no mundo militar. Os próprios policiais militares relatam que tendem a se afastar de amigos que não estejam de acordo com as regras que a imagem pública de um policial militar exige. E aqueles policiais que não o fazem, são estigmatizados pelos colegas por estarem andando com “civis” de “conduta” suspeita. O uso abusivo de álcool e de outras drogas pode ser suficiente para determinar essa rotulação da conduta suspeita, assim, se um oficial da PM presencia um policial militar em algum ambiente comportando-se de modo considerado “não-adequado” do ponto de vista da corporação, isso pode gerar conseqüências de rotulação do policial flagrado em situação considerada desabonadora para a profissão, o que restringe consideravelmente as chances de sociabilidade civil desses profissionais, que tendem cada vez mais a interagir apenas entre si.

Embora seja difícil determinar o medo nas atitudes corporais devido ao seu caráter difuso e também ao modo como os policiais militares tendem a esconder seus sentimentos de medo para não demonstrar fraqueza diante do inimigo, o que seria contrário às expectativas de valentia elaboradas pelos padrões de avaliação social sobre a condição de policial. Além disso, o medo esta em oposição à condição de valentia e coragem que fazem parte da auto-imagem do policial no interior de sua corporação, assim ele se relaciona com o imaginário construído em torno da covardia e da vergonha, tanto frente ao mundo civil, quanto ao mundo militar do qual faz parte.

Nesse sentido, a categoria medo é entendida como um agente paralisante, uma emoção difusa que pretende perturbar a relação sujeito e sociedade. As relações de medo passam a funcionar a partir de códigos duplos de conduta onde as práticas civis e as militares, onde a paz e a guerra se distinguem na determinação das atividades cotidianas nas configurações sociais da nação-estado (ELIAS, 1997).

O medo pressupõe uma experiência social. Esse sentimento perpassa todos os segmentos sociais, de forma que, a forma pelo qual é construído, seu significado e a maneira como se expressa é que vão dar sentido aos sistemas simbólico dos sujeitos.

Nesta perspectiva “o medo [...] [é] um dos ecos mais significativos da violência. As situações empiricamente observadas [...] conduzem qualquer empreendedor de uma análise sociológica a refleti-lo como uma construção social” (FREITAS, 2003, p.101). Sua perspectiva busca entender como o medo tem sido experimentado, internalizado e expresso de forma individual e coletiva no mundo canavieiro alagoano. Entendendo o medo enquanto fenômeno que pretende condicionar e regular as relações sociais dos indivíduos. Nesse sentido vejamos como este policial experienciou essa questão:

Tive bastante medo quando fomos a uma rebelião no IPPS, nós descobrimos que os presos tinham feito um túnel de 50 metros... O buraco era bem pequeno e só dava para passar uma pessoa de cada vez, quando entramos lá no túnel vimos que cabia muitos presos em pé, acho que se a gente não tivesse achado o buraco tinham fugido uns 800 homens. Então, eles tinham construído uma parede falsa ao lado do buraco, tipo para se esconder caso a gente achasse. Quando eu olhei para a parede notei dois corpos deitados todos sujos de areia. Ali eu tive medo, porque tinham dois bandidos deitados lá e como só tinham entrado eu e outro policial eles poderiam ter me pegado de surpresa e acabado com a nossa vida. Eles estavam com tipo uns punhais e por pouco não nos pegaram, acho que também tiveram medo né? Porque se o corpo do Major fosse encontrado morto ali eles também seriam mortos. Aí não ia ter perdão (Depoimento de um Oficial da PMCE)

Para Brito e Barp (2008), o medo está presente no diagnóstico da modernidade, segundo o qual a incerteza, a insegurança, o risco e o perigo são marcas dominantes desse período. Para estes autores:

o medo [...] é um sentimento que nos perturba, que traz inquietação, sobressaltos, que exige providências e o cálculo de riscos, enfim, ele

faz parte do cotidiano. Mesmo que o medo possa ser visto por esse ângulo, a incerteza e a insegurança são fatores que provocam medo contínuo e, por conseguinte, mal-estar permanente. (2008, p. 21)

Em sua pesquisa, Cardia (1997) verificou a recorrência da palavra medo em entrevistas realizadas com policiais, o que também vimos com frequência nas nossas entrevistas com os militares do Ceará. Nesse sentido, podemos entender que este sentimento faz parte do cotidiano desses atores sociais que estão mais expostos a situações de perigo e vulnerabilidade por conta da profissão.

A realidade de muitos policiais militares vem caminhando para o desencanto e descontentamento acerca da profissão. Escalas exaustivas, seguidas de horas extras de trabalho às vezes sem remuneração e treinamento insuficiente são alguns dos fatores que desmotivam o profissional de segurança pública. Em sua atividade rotineira, os policiais se deparam com situações limítrofes em que o risco de vida é iminente, o que em certa medida gera angústia e sofrimento. Vejamos:

Eu sempre tenho medo de morrer, mas uma que eu cheguei bem perto foi numa rebelião que eu tive que adentrar, primariamente assim no IPPS, isso faz uns seis ou sete anos. Explodiu uma rebelião e a minha viatura tava perto, eu tava com o Oficial responsável e a gente teve que dar o primeiro combate e a gente chegou e tinham mais de 1500 amotinados e muito fogo... os caras tacaram fogo em tudo, fizeram bloqueio com mesas, entraram na cozinha e se apossaram de facas pegaram reféns, tomaram armas dos policiais. Então foi uma situação complicada. Como eu cheguei com duas composições só, então éramos oito nessa época e mais uns três ou quatro policiais que já estavam no presídio, a gente teve que fazer o primeiro 'adentramento' e o Governador ainda não tinha nem autorizado e a gente tinha que começar logo porque o negócio tava complicado e aquelas vozes assim sem saber da onde vinha, dizendo que ia matar a gente e muito fogo, você não sabia nem o que tava acontecendo e fumaça e você entrar num corredor estreito sem saber o que vai ter lá na frente, nessa hora eu me senti assim... Só Deus mesmo para ajudar (Depoimento de um soldado PMCE)

Segundo Fernando Nogueira (2007), o medo enquanto emoção social está presente nas relações desequilibradas de poder, ele distorce e desfigura nossas percepções de modo que os processos criativos e os sistemas de afetos são bloqueados. Quando carregados por esse sentimento, somos levados a perceber conhecidos ou desconhecidos como potenciais inimigos a serem combatidos, ou melhor, todos viram alvo da ação policial. Segundo um de

nossos interlocutores, as pressões sofridas pelo policial militar nas rotinas militaristas são descarregadas em sessões de espancamentos de civis, considerados vagabundos, principalmente, nos horários em os policiais militares estão cumprindo escalas pela madrugada e encontram pessoas indesejáveis, estigmatizadas como “vagabundos”.

Na prática, os policiais militares lidam diretamente com essas relações desequilibradas de poder, a hierarquia e a doutrina militar são representações significativas dessas relações. Seguir o padrão rígido de patentes não é o problema para o policial, ele só se torna prejudicial na medida em que há uma série de fatores que contribuem para a humilhação e a desvalorização do indivíduo. Pode-se tomar a situação em que os superiores utilizam o seu cargo para constranger e oprimir aqueles em posição hierárquica inferior, munidos de um caráter político e autorizado fortalecendo estados de baixa auto-estima e desvalorização profissional.

Outra dimensão significativa do medo atinge diretamente a questão do corpo do policial militar. Desde o momento em que se tornam policias militares são investidos, eles fazem um juramento segundo o qual prometem defender com o sacrifício da própria vida a defesa do Estado. Esse juramento traz uma dimensão simbólica de que a condição do policial militar é marcada pelo “sacerdócio” e pelo “sacrifício” (SÁ, 2002). Assim, nas atividades cotidianas de policiamento, o medo de sofrer alguma lesão ou participar de ações em que a vida do próprio profissional está em jogo é um atributo central da experiência do policial militar; a incerteza de voltar pra casa após uma ação de confronto armado; a expectativa dos julgamentos morais dos outros; o tédio por conta das atividades repetitivas; a confusão entre os interesses pessoais e o da própria corporação, além da má remuneração, como também discutem Ferreira e Mendes (2001). Esses são fatores elencados pelos policiais como propiciadores de um sofrimento pessoal no qual não há motivações para trabalhar, pelo contrário geram angústia e stress.

Essas pressões sobre a corporalidade do indivíduo podem desencadear sérios problemas de saúde, sobretudo de caráter psicológico como a depressão, bem como o alcoolismo e a dependência química. Nossos interlocutores que se autodeclararam dependentes de álcool, inclusive, freqüentadores de grupos de

A.A, narram as diversas conseqüências negativas, como perdas familiares, fins de casamentos, abandono por parte de amigos, além do forte estigma sentido pelos policiais que possuem algum grau de alcoolismo por parte de colegas, e no caso de superiores, eles nos falaram de prisões punitivas geradas pela dependência que gerava faltas ao trabalho.

Ademais, Minayo e Souza (2003) revelam que o stress é um fator preponderante para o comprometimento da saúde mental; seus sintomas podem incluir a irritabilidade, instabilidade emocional, alcoolismo e excitação. Tais fatores talvez possam explicar em parte, a agressividade dos policiais expressa em suas relações.

No Ceará, os policiais militares não compartilham nenhum tipo de acompanhamento profissional no qual eles possam “desabafar” as angústias da atividade cotidiana, ou seja, se hoje um policial participa de uma ação desastrosa na qual um indivíduo é morto, seja um companheiro ou um “bandido”, no outro dia ele deve ser apresentado novamente ao trabalho, isso não dá margem à reflexão efetiva sobre sua própria atitude, vejamos:

Hoje, ser policial é o pior emprego do Brasil. Em todo o país o policial trabalha com a cara e a coragem. Não existe apoio de nada. Nunca tive um acompanhamento social ou psicológico no decorrer da atividade. Hoje, faço tratamento psiquiátrico no Hospital da Polícia e assim como muitos outros policiais enfrento filas como em qualquer hospital do SUS, porque não temos um plano de saúde próprio. (Depoimento de um policial militar para o Jornal O Povo)

Outro dia eu estava de folga com meus amigos policiais em uma lanchonete quando entrou dois elementos para efetivarem um assalto, nós reagimos quase de cara, quando eles se tocaram que a gente era policial, começou a troca de tiros... Aí foi quando um deles apontou a arma para minha cabeça... ele atirou! a minha sorte é que a arma “bateu catolé”. O que você acha que aconteceu? No outro dia eu tive que ir trabalhar. Passei dias meio ligado, raivoso e desconfiando de todo mundo. (Depoimento de um soldado PMCE)

Nesse sentido, podemos observar que a percepção dos policiais sobre as más condições de trabalho aliadas a essas pressões que incidem sobre o indivíduo podem acarretar certos distúrbios psicológicos, estes por sua vez comprometem significativamente a eficácia da atividade laboral gerando sofrimento. Todos os indivíduos passam a ser alvo de atitudes violentas, principalmente

sobre aqueles que vivem em bairros mais humildes, dizem nossos interlocutores, avaliando o impacto dessa pressão sofrida por eles.

O sofrimento é abordado aqui sob o ponto de vista das doenças que acometem policiais militares a partir de sua atividade laboral, principalmente, através do stress que aqui é entendido como resultante do desequilíbrio entre as demandas cobradas e a capacidade de resposta do agente. Ademais, o stress é uma das principais causas dos afastamentos de policiais militares para tratamento de saúde que envolve atendimento psicológico.

O stress é um fator preponderante para o comprometimento da saúde física e mental do indivíduo. Seus sintomas variam entre a agressividade, falta de concentração, sensação de enfraquecimento, insônia, dores de cabeça, às vezes é seguido de uma profunda tristeza, sensação de medo ou temor sem justificativa. Nesta perspectiva, observamos que muitos policiais não estão preparados para gerenciar processos de crise podendo estar susceptíveis a doenças de caráter psicológico somado ao significativo grau de stress.

Outro inimigo silencioso do policial é a depressão, desencadeada ou não pelo stress, ela também pode estar relacionada ao descontentamento acerca da profissão, seus sintomas também variam em torno de um entristecimento ou de pensamentos negativos sobre sua própria vida, sentimento de fracasso, impaciência, dificuldade de realizar suas tarefas e desesperança. Vejamos então a postura do agente de segurança pública diante de sua vida e seu trabalho a partir desta condição de saúde.

Em entrevista, um policial hoje afastado da polícia militar afirma que muitos de seus colegas de profissão vivem com sequelas físicas e psicológicas por conta do desgaste da atividade cotidiana e o resultado disto é a violência e a arbitrariedade gratuita para com a população, “muitos deles descontam sua raiva no primeiro frágil que vê pela frente, geralmente são aqueles pobres marginalizados”.

Esse dilema aflige muitos policiais e a questão da dependência química, seja esta pelo consumo excessivo de álcool ou pela ingestão de substâncias químicas ligadas a alteração o comportamento do indivíduo, é tida na conta de uma das mais difíceis situações de estigma. De início tais substâncias podem

parecer prazerosas, dando uma sensação de relaxamento e satisfação, contudo, o uso abusivo causa dependência e traz danos significativos a saúde e a mente do indivíduo que a consome, expressando-se em mudanças de comportamento que são rotuladas como negativas pelos colegas de farda. O fim do efeito da droga é seguido por uma depressão e tudo isso pela rotulação de um comportamento desviante.

Segundo nossos interlocutores, ao relacionar-se com a droga o indivíduo tende a desestruturar-se financeiramente para manter seu vício o que acaba reverberando na própria condição familiar, no sentido de que esta é quem sofre com a agressividade e o descontrole ocasionado pela dependência. Muitas pessoas vendem tudo o que tem ou se endividam para continuar o vício:

Eu comecei a beber para aliviar o stress do trabalho, quando fui ver eu já tinha virado um alcoólatra, eu tava bebendo todos os dias... Quando chegava em casa queria bater na minha mulher, acabei com tudo, perdi minha família, perdi meus filhos e quase perco minha vida. (Depoimento de um policial militar em atendimento clínico)

Essas doenças deixam marcas, estigmas, nesses indivíduos que podem incidir sobre o modo de ver e experimentar o mundo, ademais, carrega consigo certo sofrimento psicossocial que reverbera na relação interpessoal, face a face, com seus círculos sociais no cotidiano de trabalho. Além disto, esta situação altera o comportamento e o dia a dia desses profissionais como podemos perceber no depoimento deste policial:

Fico com angústia. Há dois anos, tive uma depressão grande, tentei até suicídio. Desde essa época, venho tirando licença médica. [...] Eu não reconhecimento e a estagnação profissional. Neste tipo de atividade o indivíduo é acostumado a lidar com riscos relacionados à integridade física do já estava estressado, querendo tirar férias, quando me envolvi numa operação que me deixou traumatizado. [...] Antes, eu saía com minha esposa e os amigos todo fim de semana. Agora, passo dia em casa, deprimido (Jornal O Povo, 11/06/2011)

Situação das Licenças Para Tratamento de Saúde

No Ceará, já são mais de 800 policiais militares afastados para Licença de Tratamento de Saúde (LTS) autorizadas pela Coordenadoria de Perícias Médicas do Governo do Estado. Muitos destes policiais estão afastados para tratamento psicológico. No ano de 2010, a Coordenadoria concedeu

aproximadamente 4.325 licenças médicas. Somente nos primeiros cinco meses deste ano, 2.085 licenças foram registradas contabilizando em média 13 licenças concedidas diariamente. Com o número de profissionais reduzido, a Polícia Militar enfrenta problemas para “fechar” suas escalas de serviço, o que contribui para a sobrecarga de trabalho de outros profissionais. Nesse sentido, o Governo do Estado instituiu um novo regulamento que torna mais rígidas as regras para o consentimento de licenças saúde para servidores públicos, o que se tornou pauta de reivindicações das associações que defendem os direitos dos policiais e são contrários a essa regulamentação mais rígida.

Este regulamento prevê que as licenças concedidas aos civis, sejam autorizadas por uma junta médica composta por dois peritos. No caso dos policiais militares e dos bombeiros as autorizações são mais rígidas e deverão ser concedidas por três peritos. O trabalho da junta medica consiste em:

[I]Investigar a fundo a efetiva procedência da doença informada ou alegada pelo servidor civil ou militar interessado, mesmo que apoiado em atestado ou laudo médico particular, sempre que a natureza da enfermidade permitir fraude que possibilite o afastamento gracioso do serviço ativo, sob pena de responsabilidade penal, administrativa e civil (Jornal O Povo 11/06/2011)

Além disso, o Comando Geral da PMCE determinou que os comandantes das Companhias façam mensalmente visitas aos seus subordinados que estão em fase de tratamento, o que gerou certa polêmica. Segundo a Instituição, a medida tem o objetivo de acompanhar os policiais em tratamento no sentido de dar uma atenção maior a este profissional que necessita de ajuda. Porém alguns policiais entenderam esta estratégia como uma fiscalização: “essas medidas foram tomadas porque há a desconfiança de que policiais estejam tirando licença médica sem estar doentes”, afirmou um oficial que não quis ser identificado em entrevista concedida ao Jornal O Povo. As visitas dos oficiais devem ser seguidas por um relatório, no qual os comandantes devem descrever a situação real em que se encontra o licenciado. Este documento deve ser encaminhado a Diretoria de Saúde e Assistência da Polícia Militar. O mesmo oficial acrescentou que “se fosse para ajudar (o policial doente), quem iria fazer a visita era um psicólogo ou assistente social e não um comandante, um oficial”.

A polícia militar conta apenas com 4 psicólogos e 4 assistentes sociais distribuídas no Centro Biopsicossocial, no Hospital da Polícia Militar, na Associação dos Cabos e Soldados da PM, no Colégio da Polícia Militar e no Esquadrão de Polícia Montada. Tais profissionais estão à disposição do estado para receber os policiais e seus familiares para tratamento. Vale lembrar que a Polícia conta com um efetivo de cerca de 15.000 integrantes e 45.000 mil familiares dependentes, a demanda por serviços é muito maior do que a capacidade de atendimento da própria instituição, segundo informações da Tenente Danielle Sales (ex integrante do Centro Biopsicossocial). A saída possível são os planos de saúde privados que alguns policiais contratam ou os demais órgãos públicos de saúde como o Centro de Assistência psicossocial - CAPS e o Hospital Mental de Messejana².

O Centro Biopsicossocial

O centro Biopsicossocial foi inaugurado em 2009, atendendo as demandas por acompanhamento psicossocial da própria corporação. Diante das inúmeras queixas de abandono da instituição e descaso com a própria condição militar, o Comando Geral da Polícia Militar cria este espaço com a intenção de promover a formulação de uma gestão de transformação capaz de incentivar a valorização profissional e o engajamento polícia-sociedade no combate a criminalidade.

Segundo informações retiradas do site da polícia militar do Ceará, o objetivo do Centro Biopsicossocial consiste em uma “prestação de atendimento interdisciplinar a partir de um tratamento digno e não discriminatório aos policiais militares e seus dependentes com distúrbios psíquicos e comportamentais, com ênfase na ética e no sigilo absoluto”, ou seja, busca a promoção de um processo terapêutico de apoio social e psicológico para os policiais licenciados

² O CAPS e o Hospital Mental de Messejana são órgãos mantidos pela rede municipal, através do Sistema Único de Saúde. Tais estabelecimentos dispõem de tratamento ambulatorial gratuito aos cidadãos, contudo, estes devem aguardar a longa fila de espera.

para tratamento de saúde, sua intenção é favorecer um equilibrado processo de readaptação deste profissional a sua atividade laboral.

A justificativa para a implantação do mesmo está descrita como:

[Uma] constatação da JMS (Junta Militar de Saúde) com relação ao *elevado índice estatístico* de policiais militares afastados de suas atividades profissionais por motivos de *natureza psicológica ou psiquiátrica* e, considerando que a *saúde*, de um modo geral, compromete todo o serviço seja o malefício de ordem física ou mental, sendo principiado por vetores internos e/ou externos ao ambiente institucional... vem contemplar um tratamento complementar que consiste, basicamente, em resgatar a auto-estima do policial militar e facilitar o processo de reintegração funcional, valorizando-o e reconhecendo-lhe a importância *para* *ena* Corporação. (Informações retiradas do Site da PMCE)

Neste espaço os policiais militares e seus familiares são direcionados para o atendimento psicossocial, onde são acolhidos de forma individual ou em terapias de grupos, tal direcionamento depende diretamente do tipo e grau de problema psicológico ou social que o paciente apresenta. Além disso, o centro oferece um trabalho de visita domiciliar cujo objetivo é verificar a situação em que se encontra o indivíduo licenciado.

Os atendimentos são realizados na própria sede do Centro Biopsicossocial, os encontros individuais acontecem em salas privativas, na qual somente a psicóloga e/ou a assistente social tem acesso ao histórico e o prontuário do paciente. A outra modalidade de tratamento se dá através de encontros coletivos, onde a direção do Centro elabora uma roda de conversas com temas específicos.

Há três tipos de encontros coletivos, o primeiro é o grupo *Autoestima* para policiais e familiares com depressão, stress, problemas familiares entre outros. O Segundo grupo é o *Recomeçar*, direcionado para policiais em processo de readaptação ao trabalho, este grupo também tem um caráter motivacional, entretanto ele é focalizado especificamente para a atividade profissional. O último grupo é o *Ressocializar*, este é o único encontro que acontece fora do Centro e é destinado especificamente para os policiais presos, acontece quinzenalmente dentro do próprio presídio.

A coordenação do Centro é realizada pela Dra. Ana Márcia, Assistente Social e Advogada, e está conta com o apoio de uma psicóloga para o

atendimento direto dos pacientes. O atendimento clínico é realizado pelas duas, como podemos observar a demanda de procura por este serviço é maior do que a capacidade de atendimento, nesse sentido, o centro realiza uma pré-seleção e geralmente privilegia os policiais com mais tempo de afastamento do trabalho, além disso, casos em que há a tentativa de suicídio são prioritários.

A dinâmica de atendimento no centro Biopsicossocial acontece de forma voluntária por parte do policial, ou seja, este indivíduo pode ou não buscar o tratamento a partir deste serviço gratuito, contudo muitos preferem a prontidão dos atendimentos fornecidos pelos planos de saúde. A assistente social Girlane Nobre, a ex-coordenadora desta instituição, informou que: “A demanda é voluntária. Mas o comandante quando detecta algum problema (em um policial) também pode fazer o pedido de acompanhamento psicológico, via ofício. [...] Mas ele só aceita o tratamento se quiser. Ninguém obriga ninguém a frequentar (o CPS). Uma coisa obrigada não surte efeito”.

Considerações finais

Neste paper buscamos apresentar os resultados iniciais de nossas pesquisas sobre policiais militares em situação de atendimento clínico, afastados da corporação para tratamento de saúde, mas também sobre o modo como a condição do policial militar, em torno das experiências do medo, do sofrimento e da dor criam instabilidades nas categorizações simbólicas com as quais os policiais militares costumam se definir a si mesmos.

Entender os conflitos apresentados por estes policiais é uma maneira fecunda de pensar a Segurança Pública. Perceber como são construídas essas categorizações sobre o trabalho policial a partir dessa condição de saúde é levantar hipóteses sobre o modelo de policiamento atualmente proposto, é fazer uma caminhada pelos estudos sobre o tema e verificar os meandros que esse caminho tomou. Analisar os discursos que envolvem a questão policial e suas representações no cotidiano é uma tentativa de examinar a situação paradoxal da Segurança Pública através de seus atores. Explorar os sentimentos de sofrimento e medo, de percebê-los como fenômenos sociais capazes de esclarecer um contexto coletivo ainda pouco reconhecido.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*, 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

AUSTIN, John. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARREIRA, César. *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*. Fortaleza: Ed. UFC: Funcap: CNPq-Pronex: Campinas: Pontes Ed., 2008.

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997

BRAGA, Tiago. Comando da Polícia Militar deixa regras mais rígidas. *Jornal O Povo*. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2011/06/10/noticiafortalezajornal,2254898/comando-da-policia-militar-deixa-regras-mais-rigidass.html> Acesso em: 11/06/11 15:35

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1997.

_____. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José. *Ambivalência e medo: faces dos riscos na Modernidade*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008, p. 20-47.

CARDIA, Nancy. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 249-265, maio de 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, 2.ed. São Paulo: Ed. 34: Edusp, 2003.

CRAPANZANO, Vincent. Horizontes imaginativos e o aquém e além. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.48, n.1, 2005.

DIAS, Fernando Nogueira. 2007. *Medo Enquanto Emoção Social: Contributos Para uma Sociologia Das Emoções* Disponível em:

http://www.sociuslogia.com/artigos/O_Medo_enquanto_Emocao_Social.pdf

Acesso em: 10 de junho de 2011.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n. 40, p.31-42, 1999.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. :”Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau-humor’: atividade de atendimento público e prazer-sofrimento no trabalho”. In: *Estudos de Psicologia*, v.6, n.1, p.93-104, 2001.

FREITAS, Geovani Jacó de. *Ecossistemas da violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*, 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HERZFELD, Michael. *The Social Production of Indifference: exploring the symbolic roots of Western bureaucracy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992 b.

LUTZ, C. e WHITE, G. The anthropology of emotions. *Annual Review of Anthropology*, 15: 405-36, 1986.

MINAYO, C. S.; SOUZA, E. R. *Missão Investigar: Entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. *Saúde-doença: uma concepção popular da etiologia*. *Cad. Saúde Pública* [online]. 1988, vol.4, n.4, pp. 363-381.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo e BUSS, Paulo Marchiori. *Qualidade de vida e saúde: um debate necessário*. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2000, vol.5, n.1, pp. 7-18.

MISSE, Michel (org.). *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2008.

MUNIZ, Jaqueline. *Ser policial é, sobretudo uma razão de ser - Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. IUPERJ, 1999.

MUNIZ, Jacqueline e PROENÇA JÚNIOR, *Domício*. "Administração Estratégica da ordem Pública". Lei e Liberdade. Comunicações do Iser. Rio de Janeiro, 1997.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

PERISTIANY, J.G. *Honour and shame*. Chicago: The University of Chicago Press, 1974.

PORTO, Maria Stela Grossi. *Mídia, segurança pública e representações sociais*. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a10.pdf>> Acesso em: 27 ago. 2010.

PORTO, Maria Stela Grossi. *Brasília, uma cidade como as outras? Representações Sociais e Práticas de Violência*. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/08.pdf>> Acesso em: 27 ago. 2010.

ROSALDO, Michelle. Toward an anthropology of self and feeling. In: SHWEDER, R. E LEVINE, R. (orgs.). *Culture theory*. New York: Cambridge University Press, 1984.

RUSCHE, Georg e KIRCHHEIMER, Otto. *Punishment and Social Structure*. New York: Roussel & Roussel, 1968.

SÁ, Leonardo. *Os filhos do estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

_____. *Cultura política e cultura policial*. In: BARREIRA, Irllys e VIEIRA, Sulamita (orgs.). *Cultura e política*. Fortaleza: EDUFC, 1998.

SÁ, Leonardo e et al. *Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*. Brasília: UNESCO, 1999.

SANTOS, José Tavares dos. *Violências e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

SERRES, Michel. *Os cinco sentidos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.